
IMAGINÁRIO HISTÓRICO, IMAGINÁRIO POLÍTICO

Fernando Marques da Costa

IMAGINÁRIO HISTÓRICO, IMAGINÁRIO POLÍTICO (*)

Vêm aí anos difíceis. Apaixonantes, sem dúvida. Mas difíceis, polémicos, talvez mesmo contraditórios. A história voltará a estar no centro das atenções como fonte e forma de definição e projecção de uma *Imagem de Portugal*. Uma vez mais, política e história cruzarão os seus discursos. Polemicamente? Talvez. A política, até à data, não tem razão de queixa dessa conjugalidade forçada. O dote tem sido farto e o investimento frutuoso. Mas a história, essa, não pode dizer o mesmo. E Portugal, que a tudo tem assistido no silêncio da sua imaterialidade, continua a ser pai legítimo e legitimador de discursos antagónicos sobre o seu vetusto passado e sobre as directrizes que deste se querem fazer emanar para a política que modela o presente.

O fim do Império colonial; as necessidades de estabelecimento de um modelo de relacionamento com os países que então conquistaram a independência; a adesão às Comunidades Europeias e, mais recentemente, os problemas de definição de um relacionamento bilateral Portugal-Espanha, tornaram comum nos últimos dez anos a expressão: *necessidade de redefinição da posição de Portugal no Mundo*. Este confronto com novas alteridades é forçosamente um discurso sobre a individualidade, a diferença, o eu histórico. E disso, hoje, não podemos fugir. É um processo irreversível, até porque é, independentemente do seu resultado, um processo necessário, que se encontra aliás numa fase já adiantada de gestação.

Em breve, a reabertura da negociação sobre a revisão do Acordo Ortográfico, por um lado, e a intensificação das comemorações das descobertas acelerarão esta tendência. E os sinais exteriores desse movimento são cada vez mais, e mais intensos, qualquer que seja o quadrante para onde se olhe.

(*) Comunicação apresentada no Encontro «A Construção Social do Passado», organizado pela APH.

De áreas tão diversas como a séria e sólida investigação histórica — a obra do Prof. José Mattoso, *A identificação de um País* — à estratégia de defesa — os textos do Comandante Virgílio de Carvalho sobre os *Objectivos Nacionais Permanentes*, recentemente sintetizados num livro expressivamente titulado *Cumprir agora Portugal* — ou os partidos políticos, vêm sinais desse movimento de reflexão sobre Portugal. Quem não se recorda dos «slogans» da última campanha eleitoral: PRD — Mais *Portugal*; PS — *Portugal* para Todos; PSD — *Portugal* não pode parar; CDS — P'ra *Portugal* crescer; CDU (PE) — Para defender *Portugal*; MRPP — *Portugal* não pode continuar a emigrar; UDP — *Portugal* sim, dependência não; PPM (PE) — Olá Europa, Viva *Portugal*.

E, a par disso, a celeridade com que se produzem histórias de Portugal, para adultos ou crianças, o calor ou o desinteresse, que são ambos expressão de um mesmo fenómeno, com que se encaram as consequências do Acto Único Europeu (problemas das fronteiras como símbolo de identidade e autonomia) e até o recente colóquio organizado pelo Gabinete de Estudos Simbólicos, da Universidade Nova, sobre Memória da Nação, e esta iniciativa que aqui nos reúne, são já muitos, mas apenas alguns dos sinais dessa reflexão sobre Portugal.

Política e História, investigação científica e divulgação, imaginário histórico e imaginário político, tradição e progresso, vão de novo ser focos de um debate intenso a que as comemorações das descobertas darão um sentido final.

Mas desta vez existem duas novas condicionantes que podem influir significativamente nos resultados finais. Em primeiro lugar, a longa temporalidade das comemorações que se avizinham condiciona, num regime democrático, a apropriação legitimadora do discurso sobre a história. Os governos hão-de-se suceder. De sinal diverso. Transportando consigo influências e tradições culturais diferentes. Ainda que dominados, todos eles, pela necessidade de produzir um discurso sobre Portugal.

Por outro lado o discurso que se produzir, qualquer que ele seja, será desta vez dominado pela necessidade de construção de uma *imagem externa de Portugal*. Não será, do meu ponto de vista pela primeira vez, um discurso para consumo exclusivamente caseiro, para legitimação apenas face à soberania, mas essencialmente, até na origem da motivação, face ao exterior: à Europa; à África; ao Brasil; à Espanha e até face ao Oriente de onde

partiremos em breve para ficarmos de novo confinados a uma única península e a um único oceano.

E mesmo as mais poderosas pulsões internas para essa reflexão nascem não de problemas ideológicos, isto é, de disputas de legitimação e legitimidade, mas da necessidade de reforçar o sentido da unidade nacional de um território disperso.

Talvez seja por isso possível pensar que existe pela primeira vez a possibilidade de produzir um discurso não dicotómico sobre a memória histórica, que integre num património colectivo *toda a diversidade do Portugal que houve* e não apenas, como dantes, e até hoje, uma parte dele contra a outra, e esta forçosamente contra aquela.

É por isso necessário procurar as raízes e as marcas dessa tradição. Os sinais que ficaram na memória colectiva, mas também as tradições dessa conflitualidade assumidas pelas diversas famílias políticas e, necessariamente, as sombras de tudo isso projectadas nas escolas historiográficas.

Se é certo que o confronto entre a tradição e o progresso na esfera do político criaram tradições históricas diversas, através das quais se procuraram legitimar, e que se consolidaram em memórias históricas e hagiografias distintas, não é menos verdade que para tal convergiram num ponto que assumiu uma dimensão totalitária: a *decadência*, a *crise*, versus a *restauração*, a *regeneração*, tudo isto entendido com sinais contrários nas responsabilidades a atribuir e nas lições a tirar da história para a salvação nacional. Todo o discurso sobre o passado, quer à esquerda quer à direita, se me permitem que ponha a questão nestes termos, é um discurso sobre a decadência e a salvação que produziu por isso um bicentrismo nos ciclos de apogeu e declínio, ou, quando convergem, como no caso das Descobertas, nas causas do descarrilamento.

É certo que a história arrasta uma cruz da qual não se pode libertar: a sua função de memória colectiva. E necessariamente, da função da memória colectiva. Porém, não interessa aqui procurar a genealogia exaustiva desses outros problemas. Não deixo apesar disso de referir a situação em que cedo se viu envolvida a Academia Real da História Portuguesa mal foi fundada por D. João V.

Fr. António de Brito ao ser incumbido de biografar D. Pedro I achou por bem perguntar primeiro qual dos epítetos devia tomar como orientador do seu trabalho: *Cruel ou Justicoso*? José da Cunha Brochado foi relator

da resposta à prudente pergunta e zurziu o cauto com as luzes da época, explicando-lhe, justamente, que o objectivo da Academia era tentar corrigir os dislates panegiristas ou caluniosos dos cronistas, mesmo dos mais afamados, através de uma história objectiva, e não prolongá-los em novas versões da época.

Mas o problema de fundo não está na passagem da história crónica à história ciência, e por isso a questão da apropriação da história como memória legitimadora, no sentido que ainda hoje tem, só se coloca forçosamente no seio do processo político de derrube da sociedade de Antigo Regime. Pombal, por exemplo, não sente a necessidade de produzir um discurso sobre a História, porque não existe no seu tempo uma querela sobre a natureza do regime, logo não existe uma querela sobre legitimação. E no que dizia respeito ao poder absoluto Bossuet fixara o modelo desde 1681 no *Discours sur l'Histoire Universelle*.

É a revolução liberal que pela sua própria natureza levantará uma nova ordem de problemas, que ficarão inscritos na cultura e nas mentalidades, e se reproduzirão até ao presente. A polémica entre *Tradição e Progresso* ganha aqui a sua dimensão contemporânea, a sua expressão política, a sua componente social. O discurso sobre a *Nação* torna-se irreversivelmente *múltiplo* e fica definitivamente atravessado pela conflitualidade política e social. O próprio movimento cultural do romantismo retira a história do estrito universo da erudição académica, envolvendo-a no quotidiano cultural.

A polémica teórica em torno dos fundamentos do novo regime, e em especial a que se refere à forma de convocação das cortes e à capacidade de representação, é de parte a parte argumentada sobre a tradição.

O discurso nacionalista funda-se assim no seio de uma realidade política e social dicotómica, associada à Revolução-Progresso e à Contra-revolução-Tradição. E é à história que sucessivamente se recorre quando há que legitimar o processo político como ficou claro, por exemplo, no trabalho de Fátima Bonifácio sobre o movimento setembrista: a utilização do símbolo da Batalha de Ourique como forma de dar espessura histórica à utilização do conceito de soberania popular.

Mas é também no liberalismo inicial que nascem alguns dos grandes temas que se manterão como polémica constante quando analisados na longa duração, e que são sucessivamente utilizados como instrumentos de acção política. A *Inquisição*, num diálogo mais vasto entre *Liberdade, Ordem e*

Progresso; o *Congreganismo*, como primeiro passo de uma questão religiosa, independentemente dos motivos políticos que lhe dão origem, e a *Martirilogia*, como início de uma panóplia de onde se irão retirar importantes elementos de futuras hagiografias.

Mas, sobretudo, é aí que ganha corpo e cartografia a consciência de uma fractura social como expressão da dicotomia Tradição/Progresso. O liberalismo olha da cidade, do centro, com suspeição para os campos, onde o sr. D. Miguel incendiava vontades, tal como décadas depois os republicanos temerão o campo, coutada, segundo eles, da reacção clerical. Tal como os rotativos finais receram a cidade, alfbre onde fervilhava o barrete frígido da temível república e a heresia ateísta, tal como anos depois o Estado Novo valoriza o campo e os seus valores, suspeito ainda do tecido social menos controlável das urbes.

E todo esse confronto entre focos de revolução e contra-revolução (tradição e progresso) teve consequências constantes na formulação das leis eleitorais e no desenvolvimento do processo demorático em Portugal. Ainda recentemente, é pela mesma lógica que o MFA lançou de imediato as suas campanhas de dinamização cultural bem no interior rural, recuado e carente, subdesenvolvido e culturalmente dependente, como forma de tentar consolidar a revolução.

Será, contudo, necessário esperar pelo positivismo e pelo krausismo para encontrar a fundamentação filosófica que sustentará teoricamente as duas correntes que por comodidade se podem sintetizar no confronto entre os lemas que se tornarão bandeiras constantes. *A Liberdade, Igualdade e Fraternidade* contraporá o krausismo *Unidade, Variedade e Harmonia*, prolongando duas concepções que têm a sua origem na Revolução Francesa.

Comte, Krause, Carlyle e Marx marcarão profundamente os movimentos culturais que sustentarão diversas correntes políticas. Em Portugal coube a Teófilo Braga, mais próximo talvez de Littré do que de Comte nalguns pontos fundamentais, a formulação clara, à luz dos princípios positivistas, de um modelo de apreciação da história como instrumento legitimador da política e dinamizador da acção de massas.

Teófilo Braga funda a *ciência do comemorativismo* num livro paradigmático «Os centenários como síntese afectiva nas sociedades modernas» (Porto, 1884):

«Hoje, as comemorações cívicas vêm completar as festas nacionais, cujas origens se ligavam quase sempre às lutas que procedem toda a independência.

Esta necessidade dos espíritos foi reconhecida e dela se apropriou a Igreja que deu um carácter religioso a um certo número de costumes do povo» (...) (p. 143). «O catolicismo compreendeu esta necessidade estabelecendo as festas populares dos Santos que reagiam contra a tendência dispersiva da Idade Média; as monarquias, pelo fausto deslumbrante do cesarismo, impuseram-se à veneração dos povos pelas estrepitosas paradas militares, pelo ouropele das púrpuras e dos diademas, mas no íntimo sem intuito nem sentido moral, acabando por encobrir a palhaçada com as despesas monetárias que activaram a ruína» (p. 226).

«Vê-se portanto que a vida afectiva que é a base de toda a unidade nacional precisa de ser disciplinada com o mais poderoso estímulo da sociabilidade» (p. 227). «Não acompanhamos a concepção teológica de Comte em quanto às suas formas de religiosas mas reconhecemos que nas sociedades modernas alguma coisa se passa, que tendendo a satisfazer a necessidade de sentimento, vai ao mesmo tempo substituindo as religiões. A síntese activa está sendo realizada nas Exposições, formadas pelos produtos dos esforços pacíficos; síntese afectiva, correspondendo às novas noções morais da solidariedade humana, manifesta-se pelos Centenários dos Grandes Homens ou dos grandes sucessos; a síntese especulativa como reconhecimento geral do poder espiritual da Ciência, efectua-se por meio dos Congressos em que a Pátria se alarga na Humanidade.

O sentimento de veneração é uma das principais forças coordenadoras das sociedades humanas; sem ele a ordem seria uma violência material e nunca um acordo harmónico das vontades. (...) À veneração prestada à idade no regime patriarcal, sucede a veneração prestada à força, no regime heróico e aristocrático, ou acidente do nascimento, como vemos ainda nas famílias dinásticas. A civilização vencendo a estabilidade dos seus elementos tradicionais confere a veneração ao merecimento. É neste momento da história que os Centenários dos Grandes Homens se tornam a síntese afectiva desta nova concórdia moral» (p. IX).

«À medida que os povos vão constituindo uma colectividade pelas relações comerciais e jurídicas, pela comunhão científica e pelas vantagens industriais caem as barreiras materiais que separam as Nações; o homem sente-se solidário perante a Humanidade e o velho preconceito, tão deploravelmente explorado de patriotismo, disciplina-se na conservação e desenvolvimento da característica nacional.

(...) À medida que a solidariedade humana se alarga, o agregado nacional mantém a sua fisionomia própria como fator histórico de progresso» (p. 4).

(...) «Os Centenários dos Grandes Homens são as festas das consagrações nacionais. Cada povo escolhe o génio que é a síntese do seu carácter nacional (...). (...) São os laços por onde esses povos mantendo o seu individualismo nacional se prendem ao grande conflito da história como esforços colectivos que conduziram para a noção da Humanidade que se afirma (pp. IV-V).

Sem o conhecimento da sua história nenhum povo pode lutar pela liberdade; e uma única razão nos explica porque é que Portugal desde 1823 perdeu essa liberdade reivindicada pela honrada revolução de 1821, e foi sempre ludibriado pelo constitucionalismo brigantino nas datas afrontosas de 1828, 1842, 1836 e 1847 e ainda a contar de 1851: é porque as gerações que agora se extinguem ignoram profundamente a nossa história. É esse conhecimento crítico do passado que estimula hoje a expansão das aspirações democráticas, que lhes dá a a força de uma opinião, a qual um dia se tornará efectiva restituindo a Portugal a sua soberania» (p. 20).

«Para que Portugal reviva é necessário despertar a mais fecunda de todas as energias — a iniciativa individual, e eliminar por ela a constante intervenção do governo, que funda a sua força no centralismo absorvente, na regulamentação impertinente, e na apatia forçada de toda a boa vontade» (pp. 60/61).

Este modelo sobreviverá aliás ao movimento político e cultural que dele primeiro fruirá: o republicanismo. O Estado Novo fará dele um poderoso instrumento de propaganda legitimadora dos fundamentos do regime, não por comungar da mesma tradição cultural, nem por se inserir na mesma família política, não por se utilizar do mesmo arquétipo histórico, mas porque o positivismo republicano serviu para construir um primeiro discurso nacionalista que envolve na sua formulação dois conceitos decisivos para o Estado Novo: o de *Unidade* necessária à superação da decadência; o de *Ultramar* associada à grandeza nacional.

As tensões teóricas e culturais no seio do movimento republicano carregiam para dentro do comemorativismo e do arquétipo legitimador então formulado uma diversidade de elementos que virão a ganhar expressões contraditórias, mas, sem que isso influa, lançarão e divulgarão, no primeiro

movimento de propaganda de massas uma semente de que Salazar colherá os frutos.

A questão do *Ultimatum* sobreexcitará as atenções para os Heróis das campanhas ultramarinas. O *Centenário de Camões* iniciará um movimento de integração da literatura como parte essencial nos modelos legitimadores. A *Hagiografia republicana* lançará decisivamente a iconografia das tradições históricas. A instituição e a propaganda de um maniqueísmo casualista sedimentarão a percepção de hiatos de sentido na sequência do processo histórico. A utilização, por exemplo, de reproduções de gravuras genuínas dos processos da Inquisição, como forma de excomungar a causa de um dos males nacionais, e servir de emblema à questão religiosa da I República, ao criar um *corpus* dogmático, abre necessariamente caminho à fácil transposição para a verdade inversa quando alguém questiona a sua própria fé.

É também durante a República que se estabelece a primeira associação objectivamente instrumental entre um vulto do passado e um político do presente, como forma de dar consistência histórica a uma proposta política. A associação entre *Pombal* e *Afonso Costa*, assumida pelos republicanos e reforçada pelos seus opositores, culminará na reprodução do quadro de *Pombal* a expulsar os jesuítas, com a transformação do seu rosto no do líder dos democráticos, tal como anos mais tarde se divulgaram inúmeros postais com *Salazar* travestido de *Afonso Henriques*.

Mas o mais importante é que estas associações serviam simbolicamente para transmitir a necessidade de *subordinação das partes ao interesse do todo* em estrita articulação com um discurso sobre a *autoridade*.

Desde o início do século XX que é evidente um problema de método na condução dos negócios do Estado. Há uma percepção convergente por parte de várias correntes políticas da incompatibilidade entre a necessidade de superação da crise nacional e a conflitualidade política. João Franco, Basílio Teles, Alfredo da Silva, Afonso Costa, Sidónio Pais, Oliveira Salazar, os seareiros e tantos outros, acabam sempre por ir bater a este ponto, apesar das divergências óbvias que os separam em tradições e propostas políticas diversas.

Se uns apelam abertamente à ditadura e outros apenas à autoridade, se uns invocam a necessidade de unidade táctica, como forma de derrotar inimigos comuns, e outros assumem a repressão como forma de alcançar idêntico objectivo, todos, no fundo, acabam por reflectir sobre a mesma questão.

Afonso Costa não preconiza a ditadura, mas formulou, como nenhum outro, o *problema da unidade* como condição necessária à sobrevivência da República. Os apelos constantes, desde o Congresso de Setúbal, à *União* das diversas tendências em torno do PRP e, depois, a utilização política das ameaças externas ao regime como forma de combater os seus adversários e mobilizar massas, não se constituíram nunca em apelos objectivos ao partido único, mas abrem caminho à formulação dessa solução.

O Estado Novo irá equacionar de uma forma ampliada, acabada, coerente e global um discurso sobre a tradição nacional, fiel ao velho modelo teórico positivista, ainda que servindo objectivos políticos de sinal contrário ao do movimento republicano que o antecedeu no poder e na utilização. Mas é porque esse modelo existia já, e sobretudo porque ele tinha sido já utilizado, como forma de propaganda de massas, que ele ganha a eficácia que lhe é indiscutivelmente reconhecida e, mais do que isso, que o seu nacionalismo não só não provoca as reacções que se poderiam supor como serve mesmo de instrumento de integração no regime de muitos republicanos e monárquicos.

O modelo histórico do Estado Novo, ao contrário do republicano, que assenta na ruptura com a tradição, inserindo-se numa genealogia estritamente liberal, pode assim percorrer toda a diacronia histórica, da fundação da nacionalidade à contemporaneidade, construindo positivos e negativos que servem para legitimar a política oficial do regime e, sobretudo, que permitem realçar o papel do indivíduo na história por oposição ao papel das massas. É também no corporativismo medievo que o modelo do Estado corporativo vai procurar a sua legitimação, como forma de contornar o debate teórico do século XIX que por motivos evidentes não interessava reavivar.

Expansão/ /Colonialismo	XIV/XVI XIX/XX	D. Henrique M. Albuquerque
Corporativismo	XIV — XX	Casa dos 24
Independência	XII (1140) XIV (1383) XVII (1640)	A. Henriques D. João I D. João IV
Independência/ /Expansão	XIV/XV	F. Lopes Camões

D. Afonso Henriques, D. João I, D. Henrique, D. João IV, Fernão Lopes, Camões, etc., são o novo friso historiográfico que destrona o «panthéon» da esquerda anticlerical e jacobina. Têm a enorme virtude de serem figuras serenas, pela distância histórica em que existiram, se bem que nada inocentes no novo papel que desempenham. O Estado Novo evitou abertamente tomar partido na querela entre as diversas genealogias políticas do processo do liberalismo, procurando sobrepor a tudo momentos fundadores da nacionalidade e da expansão.

Nos discursos que Oliveira Salazar pronunciou sobre as grandes comemorações históricas é fácil detectar a continuidade da problemática do comemorativismo:

1. Centenário da Batalha de Aljubarrota

«A aspiração de seguir seu rumo histórico sem sujeição a rei estrangeiro, gravaram para sempre Aljubarrota no espírito da Nação e fizeram desta data a verdadeira festa da independência pátria» («Discursos», 1937, Vol. II, p. 53). «Que importa que no presente momento histórico não seja igualmente vista por muitos a necessidade e grandeza da obra nacionalizadora em marcha, se o povo tem a intuição duma época decisiva da nossa vida e de que por este caminho se retoma o velho rumo da história pátria? Eis porque se pensou que a festa de hoje deveria ter o cunho de festa popular» (idem p. 23). «Por estes motivos os sítios de Aljubarrota e a Batalha deviam ser os lugares entre todos os eleitos para as grandes peregrinações patrióticas, e eu quisera que no próximo ano ali acorressem de todos os cantos de Portugal milhares, centos de milhar de portugueses de hoje, sobretudo a mocidade, para verificar e robustecer, ao calor dum passado histórico, a sua devoção patriótica» (idem p. 55).

2. Duplo Centenário

«[objectivo] (...) dar ao povo português um tónico de alegria e confiança em si próprio, através da evocação de oito séculos da sua história — que foram simultaneamente oito séculos da história do mundo, e através da solidez e eternidade da sua independência.» «Não é preciso dizer que os centenários, como grande festa da família, [a síntese afectiva dos positi-

vistas] não interessam só à capital: a província, as ilhas, todos os domínios têm de participar nela» («Discursos», Vol. IV, p. 43).

«(...) o castelo que materialmente domina Lisboa e o Tejo, deve ser a acrópole sagrada, o lugar eleito das peregrinações patrióticas» (idem p. 44).

E na literatura da época, em cada nova comemoração, estes temas são abundantemente glosados:

«Hoje é o ano do grande aniversário. A família junta-se toda à volta da lareira comum» (Gustavo de Matos Sequeira, «Biografia de Lisboa», in *Programa Oficial das comemorações do VIII centenário da tomada de Lisboa*).

«E para que os prestígio do grande feito heróico não deixe de dominar toda a acção, a mocidade fará uma velada no Castelo. As suas vozes de «alerta», o ruído das suas armas, «se lá no etéreo assento memória desta vida se consente» hão-de chamar os heróis mortos; hão-de chamar a proteger esta terra bendita as sombras errantes dos grandes cavaleiros que por Lisboa morreram ou se encheram de cicatrizes» Urbano Rodrigues, «Panorama Geral das Festas», in *idem*.

A História foi sobrevalorizada ao longo do Estado Novo, não apenas no seu fim político mais imediato mas, também, no mais lato de reconstrução de uma memória histórica, nova, diferente, fundada na unicidade inalienável à qual se submeteram, com gosto supponho, os historiadores oficiais do regime, e à qual se opuseram, com dificuldade conhecida, os outros, poucos aliás, mas indiscutivelmente mais dotados.

Por um efeito perverso do próprio modelo a ideologia oficial do regime e o seu arquétipo historiográfico acabaram no fundo por ampliar, a dimensões nunca alcançadas, a temática do decadentismo já de si vastamente glosada pelo movimento positivista. É que todo o discurso político (e histórico) produzido pela oposição teve que ficar também ele prisioneiro da dialéctica decadência/regeneração, mas entendendo-a necessariamente de modo vário nas causas e nas soluções. É um universo teórico de contrários simétricos que apropriou durante décadas o grosso da produção historiográfica.

A oposição ao regime continuou a cultivar a genealogia histórica da I República em oposição à do Estado Novo. De forma persistente visitaram invariavelmente os mesmos cemitérios nas mesmas datas, num culto pagão que era a resposta política à iconografia oficial.

A esquerda do movimento liberal, as tradições socialistas e republicanas, Inquisição e censura, Pide e Pina Manique, A Separação da Igreja do Estado e Pombal, o movimento operário e sindical, Damião de Góis ou Afonso Costa, serviram de instrumentos de um combate de sinal contrário que nas suas consequências talvez se possa afirmar, sem ofensa, que foi mais eficaz no terreno da história do que no da política.

O Passado, a memória histórica, mais do que o futuro, foi, em campos opostos, o território do combate ideológico, a sede e fonte das perspectivas políticas. No estrito domínio da produção historiográfica e para citar o Prof. Borges de Macedo num texto sobre Pombal, «as exigências práticas e propagandísticas têm-se tornado muito mais importantes do que a pesquisa ou a metodologia para a reconstituição da realidade. A historiografia portuguesa revela uma das suas mais significativas e persistentes deformações, que é a de poder transformar-se sobretudo numa arma de agitação e propaganda, uma espécie de *Dedução Cronológica e Analítica* prolongada até agora».

Mas a esta tradição dominante durante todo o período do Estado Novo e do Marcelismo, e mesmo durante algum tempo após o 25 de Abril, têm-se vindo a sobrepor novas correntes historiográficas de motivação menos política, mas nem por isso menos ideológica, como a de António Hespanha, por exemplo. Por outro lado, a necessidade de desfazer muita da mitologia histórica produzida à esquerda e à direita obrigou a investigações que desembocam em produtos finais de sentido menos globalizante e, portanto, menos apropriável politicamente. Está por isso aberto o caminho para integrar num património colectivo toda a diversidade do Portugal que houve.

Fernando Marques Costa